

ENTRE A MEMÓRIA E A INFORMAÇÃO: CIENTISTAS PERSEGUIDOS NA DITADURA MILITAR

BETWEEN MEMORY AND INFORMATION: PERSECUTED SCIENTISTS DURING THE MILITARY DICTATORSHIP

Alfredo Tiomno Tolmasquim
Ricardo Medeiros Pimenta
Gilda Olinto

Resumo: Este artigo de revisão apresenta etapas e resultados parciais do trabalho de pesquisa em desenvolvimento cujo objetivo principal é a construção de um repertório de cientistas perseguidos durante a ditadura militar. Nele, também são apontadas potenciais pesquisas a serem realizadas a partir deste sistema de informação. O repertório consiste no levantamento dos cientistas e/ou professores universitários que sofreram alguma forma de perseguição como submissão a inquérito policial militar, demissão, aposentadoria, tortura, exílio e mesmo morte, bem como aqueles que foram submetidos à chamada “perseguição branca”, como o boicote não oficial as suas atividades acadêmicas. Cada cientista é acompanhado de um verbete contendo dados vitais, área de atuação, instituição, expurgos sofridos bem como os rumos que deu a sua carreira após tais episódios. Dessa forma, considerando seu papel para a memória coletiva relacionada às arbitrariedades do regime militar no âmbito da academia brasileira, este repertório suscita reflexões sobre seu potencial aspecto monumental, no sentido do seu próprio registro enquanto um instrumento/ferramenta de preservação e construção da memória e de produção e disseminação de informação.

Palavras-chave: cientistas, ditadura militar, repertório, universidades, institutos de pesquisa

Abstract: This review article provides steps and partial results of a research is being carrying on whose main objective is to build a repertoire of scientists persecuted during the military dictatorship. It presents also future researches may be developed based on this information system. The repertoire is a survey of scientists and / or university professors who have suffered persecution during the military regime, like military police inquiry, resignation, retirement, torture, exile and even death, as well as those who underwent so-called "white persecution" as the unofficial boycott of their academic activities. Each scientist name is accompanied by an entry containing vital data area, institution, suffered purges and the directions that gave his career after such episodes. Thus, considering its role in the collective memory related to the arbitrariness of military rule under the Brazilian academy, this repertoire raises reflections about their aspect as a kind of monument, in the sense of his own record as an instrument / tool for preservation and construction of memory and production and dissemination of information.

Keywords: scientists, military dictatorship, repertoire, universities, research institutes

1 INTRODUÇÃO

Durante o período ditatorial que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, inúmeros pesquisadores e professores universitários foram submetidos a inquéritos policiais militares, demitidos, aposentados, exilados, torturados e mesmo mortos. Muitos tiveram suas carreiras interrompidas, enquanto outros buscaram instituições de ensino e pesquisa no exterior para continuar suas atividades acadêmicas. Setores, instituições e lugares historicamente ligados à

crítica social e à formação intelectual brasileira ou mesmo exclusivamente à pesquisa científica *stricto sensu* foram duramente cerceados. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, a política do Regime Militar destinada às universidades buscou combinar um “viés modernizador a intentos autoritários e conservadores (...) sob a condição de despolitizar os debates e reprimir quaisquer tentativas de arregimentação social.” (MOTTA, 2008, p.31).

Ao buscar meios de reprimir formas de mobilização política e social nas universidades, o regime buscou igualmente cercear uma das características fundamentais da universidade, conquistada através de um processo histórico longo: sua autonomia institucional (ELIAS, 2009).

Já a partir de 1964, logo após o golpe, o governo militar pôs em prática a “Operação Limpeza”. Esta operação de âmbito nacional visava exonerar dos órgãos públicos e instituições de ensino brasileiras, desde escolas a universidades, professores e funcionários considerados “subversivos” ou de ideologias “duvidosas” ao Regime Militar.

Após um intenso período de perseguições, cassações e expurgos, seguiu-se uma fase de mais tranquilidade institucional nos anos de 1967 e 1968, que levou vários pesquisadores que se encontravam no exterior a retornar ao Brasil, buscando reassumir suas atividades acadêmicas. Contudo, em fevereiro de 1969, foi implementado um conjunto de medidas para coibir os protestos e movimentações de estudantes. O Decreto Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, instituiu que:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (BRASIL, 1969).

A partir de qualquer suspeita, tornava-se obrigação do dirigente da instituição de ensino a instauração de um inquérito policial que não poderia exceder o prazo máximo de vinte dias corridos. Não obstante, o mesmo dirigente deveria ainda designar um colega de

trabalho, “funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1969) com o objetivo de conduzir o processo, notificando o suspeito que deveria apresentar defesa no prazo máximo de 48 horas. E após a defesa apresentada, o encarregado precisaria confeccionar um relatório em igual prazo. Durante os trâmites, o acusado deveria permanecer suspenso ou, no caso de ser estudante, proibido de frequentar as aulas. De fato, se a dita “operação limpeza” já era uma realidade desde os primeiros dias após o golpe, em 1964; no ano de 1969, segundo o historiador James Green, tal processo tornou-se muito mais intenso e amplo.

Em março de 1969, os militares iniciaram ações punitivas nas universidades em todo o país. No estado de Pernambuco, por exemplo, o IV Exército pediu à Universidade Católica que compilasse uma lista de “subversivos” para serem expurgados nos termos do Decreto 477. (...) No mesmo mês, a Universidade Federal de Pernambuco suspendeu vinte estudantes por três anos, em obediência ao Decreto 477. (...) As formas e controle eram semelhantes nas diversas regiões do país. Somente no primeiro semestre de 1969 os administradores utilizaram o decreto para ameaçar ou expulsar aproximadamente mil estudantes. (GREEN, 2009, p.184).

A administração acadêmica monitorava e recebia denúncias de seu próprio quadro docente. O receio e a desconfiança tornaram-se ordinários para a academia. Prova disso é o número, até abril de 1969, de 42 funcionários públicos de instituições de ensino federais, a maioria de professores, que foram aposentados de forma compulsória (ADUSP, 2004). É notório que a atuação de busca de elementos considerados “subversivos” realizou uma devassa nas instituições universitárias brasileiras e interferiu em seu cenário acadêmico e científico de forma contundente, marcando a própria memória da ciência brasileira.

Vários grupos de pesquisa foram desestruturados, como na Faculdade de Medicina da USP, na UnB, na Fiocruz etc. Além disso, a repressão também impactou na trajetória pessoal e profissional de inúmeros cientistas, que tiveram que deixar o país, ficaram sem emprego da noite para o dia, tiveram seus projetos de pesquisa interrompidos, foram impedidos de trabalhar em instituições públicas, tiveram os livros proibidos etc.

Em alguns casos, o exílio terminou para impulsionar a carreira acadêmica de vários pesquisadores projetando-os internacionalmente; alguns se radicaram definitivamente no exterior, enquanto outros retornaram após a anistia. O geógrafo Milton Santos comentou numa entrevista que o exílio forçado ampliou sua visão geográfica e o fez se tornar um “cidadão do mundo”. (Santos, p. 745). Há ainda casos como o do arquiteto Ernesto Paganelli que, uma vez aposentado compulsoriamente do cargo de professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dedicou-se integralmente a seu escritório de arquitetura, tornando-se

um profissional de grande projeção e reconhecimento. Porém, há inúmeros outros casos de mortos e desaparecidos, como da professora de química da USP, Ana Rosa Kucinsky, ou de cientistas cujo expurgo sofrido trouxe marcas são profundas que nunca mais conseguiu se recuperar, seja física ou psicologicamente. O historiador Gui de Holanda, por exemplo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro entrou em depressão após a aposentadoria compulsória, passou graves necessidades financeiras, precisando recorrer ao auxílio dos colegas, ou ainda o professor catedrático da Universidade de São Paulo, o médico parasitologista Samuel Pessoa faleceu de problemas de saúde pouco tempo depois de ser encapuzado e submetido a severo interrogatório aos 77 anos de idade.

Existem certamente muitos trabalhos já realizados e relatos registrados sobre as perseguições diretas ou veladas sofridas por cientistas durante a ditadura militar. Há inclusive, inúmeros levantamentos nos arquivos das universidades, nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social ou dos atos institucionais publicados no Diário Oficial da União (OLIVEIRA, 2000). Porém, inexistiu um levantamento específico e consolidado sobre os cientistas perseguidos durante o período ditatorial, ainda mais se levarmos em conta as chamadas cassações brancas, que muitas vezes não chegaram a ser registradas, e que consistiam em ações não explícitas com o objetivo de boicotar o trabalho e a carreira do pesquisador. Um balanço inicial permite estimar entre 800 e 1.000 o número de cientistas perseguidos e/ou prejudicados em sua atividade acadêmica durante a ditadura militar.

Essa ausência de informações consolidadas motivou a criação de um ambicioso projeto de elaboração do repertório de cientistas perseguidos durante a ditadura militar (1964 – 1985). Este consiste num levantamento dos pesquisadores e professores universitários perseguidos ou que tiveram suas carreiras acadêmicas prejudicadas em função de questões de natureza política. Para cada cientista foi elaborado um verbete com informações sobre as violências sofridas e/ou prejuízos em sua carreira e os rumos que tomou a partir de então, proporcionando uma espécie de *follow-up* da trajetória do pesquisador após os expurgos. O presente repertório permitirá que a sociedade brasileira e o próprio meio acadêmico conheçam melhor os impactos e os prejuízos causados pela ditadura militar na vida dos cientistas e da própria ciência brasileira.

O objetivo do presente artigo é, portanto, apresentar o trabalho de construção do repertório de cientistas perseguidos durante a ditadura militar, entendido como um instrumento simultaneamente de preservação e construção da memória e de produção e disseminação de informação, indicando seu processo de constituição e as perspectivas de estudos e análises que poderão ser desenvolvidos a partir dele.

2 O REPERTÓRIO COMO MONUMENTO

Ao identificar os nomes dos cientistas brasileiros perseguidos durante a ditadura militar, agrupando-os em uma única obra de referência, conferimos a eles uma identidade, pois nomeamos os sujeitos submetidos à violência. E, se “o que é válido para o sobrescrever, é válido também para a história” (FLUSSER, 2010, p. 34), o repertório cumpre uma tarefa importante à revisão de nossa história recente e conseqüentemente ao conhecimento sobre o tema. Afinal, sem a identificação dos professores e pesquisadores perseguidos, e atingidos de algum modo durante o regime militar brasileiro, não se tornaria possível a “função enunciativa” (MACHADO, 2006, p. 152) deste repertório que busca identificar, classificar e organizar o público atingido pelo regime de forma a compreender melhor seu alcance e letalidade para o cenário científico brasileiro.

Longe de ser um trabalho monográfico, o repertório atende a outra conformação literária, sendo mais técnico e descritivo do que narrativo. Com efeito, colocando-nos em acordo com a afirmação de que “o saber (...) também pode estar em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (FOUCAULT, 2008, p. 205), sua produção contribuirá para o a transmissão da informação e de saberes acerca do regime militar e de suas violências ora mais, ora menos veladas às universidades e centros de pesquisa brasileiros.

Do ponto de vista da “popularização da ciência”¹²³, o acesso a um conjunto de informações agrupadas em uma única obra de referência, como o repertório, possibilitará estabelecer novas vias de diálogo e reflexões no âmbito da sociedade civil. Nesse caso, se a própria memória pode ser considerada um fenômeno construído (POLLAK, 1992), a contribuição do repertório em prol da divulgação científica, devido às referências nela contidas, e da socialização/democratização da informação, ainda nebulosa quando tratamos de eventos ocorridos no período da ditadura brasileira, será evidente para a memória coletiva e nacional.

A própria palavra “repertório”, advinda de *repertorium* que significa “lista, inventário”, e de *reperire*, onde podemos encontrar o significado “descobrir, obter,

123 O termo “popularização da ciência” é suscetível a algumas interpretações diferentes quanto ao significado por trás da referida expressão. Segundo Germano e Kulesza (2007) haveria certa confusão entre os termos “vulgarização”, “alfabetização”, “divulgação” e “popularização”. Nossa posição foi a de adequar-se à perspectiva de “popularização” não somente devido ao próprio posicionamento de política em C&T ministerial, como forma de transposição (MUELLER, 2002, p. 1) da informação produzida e circulante nos meios acadêmicos para outros meios populares acessíveis pelo grande público.

conseguir”, traz em seu bojo o aspecto informacional e mediador entre o objeto, ou fato, a ser informado, e leitor, usuário desta informação. Nesse sentido, em uma perspectiva etimológica (CAPURRO, 1985), o próprio repertório “dá forma” a um conjunto de informações. Propiciando ao seu leitor a possibilidade de constituir sua memória “por tabela” (POLLAK, 1992).

sm (lat repertoriu) 1 Índice de matérias metodicamente dispostas, que permite achá-las com facilidade. 2 Compilação de diversas matérias para uso particular. 3 Prontuário de conhecimentos ou de esclarecimentos. 4 Pessoa perita em certos assuntos. 5 Livro com indicação dos dias, meses e estações do ano; almanaque, calendário, folhinha. 6 Coleção metódica de leis e documentos oficiais. (MICHAELIS, 2009).

Seu registro, tanto no suporte material do papel, quanto no eletrônico, encontra em Flusser (2010) o aspecto monumental da “inscrição” e da “sobrescrição” presentes na ação da escrita. Ao registrarmos pela linguagem tais informações, utilizando para tal o repertório como suporte informacional físico e imagético, garantimos enquanto aspecto referencial a permanência desse conjunto de informações no tempo através de seus espaços diferentes e complementares.

Tal permanência, possível pela instituição do repertório, é *grosso modo* um meio de buscar a estabilidade necessária para a informação comunicada, conforme alertou Le Codiac (1996, pp. 34-35). Toma ares de monumento uma vez que, em sua perspectiva histórica, todo documento é monumento (FOUCAULT, 2008, p. 08) e, com efeito, na intenção de seu registro nada tem de inerte, mas sim representa conforme Machado (2006, p. 154) um conjunto de intenções, de maneira a informar, compreendidas em suas séries, classificações, campos e conteúdo. Segundo Le Goff

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545).

E segue:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 1990, p. 548).

Para Le Goff (1990, p. 110), o monumento, assim como o documento, deve ser desestruturado, desmontado por aquele que o pesquisa. No caso específico deste artigo,

identificamos que o repertório é, em si, enquanto produto de uma pesquisa em curso, o resultado de uma montagem; de um, “pôr em forma”, processo informacional.

O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (LE GOFF, 1990, p. 535).

O repertório, ao ser elaborado e disponibilizado no espaço público contribuirá para tal evocação do passado, apesar de se prestar em sua missão primeira de proporcionar acesso à informação e à divulgação científica, por conta das referências utilizadas e organizadas em seu bojo. Para tal, torna-se necessário explicitarmos mais claramente o processo de sua constituição. Tarefa que realizamos a seguir.

3 SOBRE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO REPERTÓRIO

3.1 Delimitações

O primeiro passo na elaboração do Repertório dos cientistas perseguidos durante a ditadura militar consistiu na delimitação do escopo da pesquisa. Em termos de atores, foram considerados aqueles que na época do expurgo eram professores universitários, pesquisadores atuantes em institutos de pesquisa ou que possuíam uma atividade acadêmica caracterizada por publicações, participações em associações científicas etc. Assim, por exemplo, neste levantamento foi incluído o arquiteto Oscar Niemeyer, que apesar não ter tido uma carreira acadêmica, encontrava-se como professor da UnB em 1964/1965, época na qual uma forte perseguição a professores imperava naquela universidade, fazendo com que ele, juntamente com mais 222 professores, solicitasse sua demissão. Isso justificou sua inclusão no Repertório. Outro caso é o do filólogo Antônio Houaiss que apesar de vinculado ao Itamaraty – instituição diplomática governamental sem relação com o ensino ou a pesquisa –, tinha uma reconhecida atuação acadêmica com a produção de livros e a participação em sociedades científicas. Também não houve restrição com relação à área acadêmica de atuação, incluindo tanto professores e pesquisadores que atuaram em áreas de maior tradição científica, como a física, a química, a biologia ou a história, entre outras, como professores ligados às artes plásticas, letras, cinema etc., desde que vinculados à universidade na época em que foram vítimas de algum tipo do expurgo.

No sentido oposto, não foram incluídos intelectuais ou pensadores que não estavam vinculados à atividade acadêmica, como o poeta Ferreira Gullar, que se exilou durante o da ditadura militar, ou o jornalista Enio da Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira, um dos principais espaços de publicação do pensamento brasileiro e que foi vítima de inúmeras

prisões, inquéritos policiais militares, invasão da editora, recolhimento de livros, entre vários outros atos de violência e autoritarismo.

Também não foram incluídos no repertório, professores de curso secundário, pessoal técnico ou administrativo das universidades ou que eram estudantes na época em que sofreram o expurgo, mesmo que posteriormente tenham se tornado renomados cientistas. Exceção foi feita para aqueles que, além da função de professor universitário, era alunos em cursos de pós-graduação ou exerciam atividades técnicas na própria universidade ou em outras instituições, os quais foram incluídos no repertório.

Diferentemente da Comissão Nacional da Verdade, instituída em maio de 2012, e que objetivava levantar as graves violações dos direitos humanos, como a prisão forçada, tortura, morte e desaparecimento, no caso do presente levantamento foram consideradas quaisquer ações por parte do Estado brasileiro que constrangeram ou prejudicaram os cientistas ou sua atividade acadêmica. Nesse caso, inserem-se os cientistas que foram aposentados compulsoriamente, demitidos, exonerados de seus cargos, que se viram obrigados a pedir demissão ou mesmo ir por iniciativa própria (autoexílio) para o exterior em função do clima de perseguição política existente nas universidades e nos centros de pesquisa. Também foram considerados aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, os livros proibidos (recolhidos ou com publicação proibida), responderam a inquéritos policiais militares, sofreram as chamadas cassações brancas, como veto para aprovação em concursos públicos ou negados seus pedidos de visto para participar de congressos no exterior ou financiamento para projetos de pesquisa em virtude de questões políticas.

3.2 Tipologia das informações

Para os atores considerados dentro do escopo do repertório, foram levantadas as seguintes informações: nome completo, gênero, data de nascimento e morte (quando for o caso), área do conhecimento, instituição de pesquisa e/ou ensino a que estava vinculado na época do expurgo, as perseguições e restrições sofridas, o caminho tomado (se foi para o exterior, se abandonou a carreira acadêmica, etc.), e se retornou à instituição de origem após a lei de anistia em 1979. Estão sendo elaborados vocabulários controlados para cada uma das categorias utilizadas de forma a possibilitar uma futura tabulação dos dados. No caso de área de atuação, foi considerada a área de atuação de fato, e não a área de formação. Assim, por exemplo, devido a pouca variedade de cursos superiores existentes no Brasil principalmente na primeira metade do século XX é possível perceber uma grande quantidade de profissionais formados nas áreas de engenharia, medicina ou direito, quando na verdade atuavam em áreas

como física, química, biologia, filosofia, sociologia etc. Caso o pesquisador e/ou professor tivesse outra atividade, esta também foi mencionada, sendo indicadas tanto a instituição acadêmica como as demais a que estava vinculado. Tentou-se, dentro do possível, indicar todas as perseguições ou violações sofridas pelo pesquisador, ocorridas simultaneamente ou em distintos momentos. Outro aspecto considerado, por fim, foi a trajetória percorrida pelo pesquisador (*follow-up*) após o(s) ato(s) de violência sofrido(s), como os países onde se refugiou, as atividades que exerceu, as instituições onde trabalhou e, quando for o caso, se retornou para a instituição de origem.

3.3 Metodologia para o levantamento de dados

O levantamento de dados abarca duas fases distintas. A primeira é a identificação dos cientistas cuja trajetória e história o inclui nos critérios estabelecidos para o repertório. Uma vez identificado, realiza-se uma busca das informações biográficas necessárias para a elaboração do verbete. Em alguns casos, encontram-se informações discordantes, sendo necessário checar mais de uma fonte para confirmar os dados obtidos. A pesquisa tem abrangido uma grande diversidade de materiais, como artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações sobre as perseguições sofridas por cientistas durante o período militar; biografias, discursos e homenagens feitos aos cientistas e que tragam informações sobre suas trajetórias; documentos oficiais, como as publicações nos diários oficiais da União ou dos estados, registros dos arquivos dos órgãos da ditadura e relatórios das comissões da verdade criadas em várias universidades brasileiras. Uma etapa posterior a ser implementada é o contato direto com pesquisadores, seus colegas e familiares para conferir e complementar os dados levantados.

São exemplos de verbetes:

Álvaro Borges Vieira Pinto (1909 – 1987) – médico e filósofo, professor de história da filosofia na Universidade do Brasil (atual UFRJ) e diretor-executivo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), teve seus direitos políticos suspensos em junho de 1964 e foi demitido da Universidade em outubro do mesmo ano. Seguiu para o exterior, onde trabalhou na Iugoslávia e no Centro Latino-americano de Demografia, no Chile. Retornou ao Brasil em 1968, quando traduziu obras de inúmeros pensadores para a Editora Vozes utilizando vários pseudônimos.

Elza Salvatori Berquó (1931 – atual) – demógrafa, professora do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIN) e catedrática da Faculdade de Higiene da USP, foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 com base no AI-5. Apesar dos convites para ir para o exterior, decidiu permanecer no Brasil vinculando-se ao Centro Brasileiro de Análise Planejamento (CEBRAP).

Herman Lent (1911-2004) – médico parasitologista, pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, teve os direitos políticos suspensos e foi aposentado compulsoriamente em abril de 1970 com base no Ai-5, no evento conhecido como Massacre de Manguinhos. Trabalhou então na Universidade de los Andes, na Venezuela, e no Museu Americano de História Natural de Nova York. Retornou ao Brasil em 1976, passando a lecionar na Universidade Santa Úrsula. Após a anistia, não se reintegrou ao IOC, pois não concordou em fazer uma solicitação para tal.

José de Lima Siqueira (1907 – 1985) - músico e compositor, professor catedrático da Faculdade Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fundador da Orquestra Sinfônica Brasileira e fundador e regente da Orquestra Sinfônica Nacional da Rádio MEC, foi aposentado da Rádio em abril de 1969 e em julho do mesmo ano foi aposentado da Universidade. Exilou-se na União Soviética, onde foi maestro da Orquestra Filarmônica de Moscou. Após retornar ao Brasil ajudou a criar a Orquestra de Câmara do Brasil e a Ordem dos Músicos do Brasil.

Maria José von Paumgarten Deane (1917 – 1995) – médica parasitologista, professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, foi afastada em 1964 e submetida a Inquérito Policial Militar. Exilou-se em Portugal em 1973 e posteriormente na Venezuela. Retornou ao Brasil em 1979 e no ano seguinte foi admitida como pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz.

Maria Yedda Leite Linhares (1921 – atual) - historiadora, professora do Departamento de História da UFRJ, foi presa em três ocasiões e aposentada compulsoriamente em abril de 1969 com base no AI-5. Foi para a França, onde trabalhou na Universidade de Toulouse. Retornou ao Brasil em 1974, mas não pode assumir função em nenhuma instituição pública. Foi, então, convidada a lecionar na Fundação Getúlio Vargas e, em 1980, com a anistia foi reintegrada à UFRJ.

Milton Almeida dos Santos (1926 – 2001) - geógrafo, professor da UFBA, quando estourou o golpe encontrava-se como presidente da Comissão Estadual de Planejamento Econômico (CPE) do governo estadual da Bahia. Foi preso, ficou detido por três meses, quando foi solto devido a problemas de saúde. Foi demitido da Universidade e em dezembro de 1964 foi para o exílio. Trabalhou em universidades da França, Canadá, Venezuela, Tanzânia e Estados Unidos. Retornou ao Brasil em 1977, mas apesar de reconhecido internacionalmente, teve dificuldade em conseguir lugar nas universidades brasileiras. Foi posteriormente contratado pela USP.

Ruy Guilherme Paranatinga Barata (1920 – 1990) poeta e advogado, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará, foi aposentado compulsoriamente em outubro de 1964. Trabalhou como advogado e jornalista utilizando pseudônimo, tornou-se letrista e compôs inúmeras músicas de sucesso. Após a anistia foi reintegrado em 1979 à UFPA, lecionando literatura brasileira.

Samuel Pessoa (1896 – 1976) médico parasitologista, catedrático da Faculdade de Medicina da USP, foi afastado em 1964, logo após o golpe militar, vinculando-se aos institutos Butantã e Adolfo Lutz. Teve a saúde fragilizada e faleceu pouco tempo depois de ter sido levado encapuzado para a sede da Operação Bandeirante (Oban) – e submetido a severo interrogatório aos 77 anos de idade.

Thomas Maack (1935 – atual) - médico fisiologista, professor da Faculdade de Medicina da USP, foi preso em seu laboratório na Universidade em junho

de 1964 e levado para o navio-prisão “Raul Soares”, onde ficou preso por quase 4 meses. Foi denunciado por atividades subversivas pela comissão interna da Universidade, instituída em 1964 logo após o golpe militar, submetido a Inquérito Policial Militar e demitido da USP em outubro daquele ano com base no AI-1. Solto em dezembro de 1964, conseguiu fugir do país e exilar-se nos Estados Unidos. Foi professor da Universidade de Siracusa e depois em Cornell, nos Estados Unidos. Retornou ao Brasil em 1979 com a Lei de Anistia, mas sua família não se adaptou e ele retornou aos Estados Unidos. Em 2010, tornou-se professor emérito em fisiologia e biofísica da Universidade de Cornell.

4 CONCLUSÃO

O projeto de construção do Repertório de cientistas perseguidos durante a ditadura militar permitirá diversos seguimentos. O primeiro deles é a realização de uma campanha, utilizando principalmente os veículos de comunicação da SBPC e da Ciência Hoje, para que as pessoas possam contribuir com indicações de nomes e informações adicionais sobre pesquisadores e professores universitários perseguidos durante o período da ditadura militar. Assim, espera-se identificar não apenas os cientistas formalmente aposentados e/ou demitidos, mas também aqueles que sofreram a chamada perseguição branca, ou velada, boicotados nos seus pedidos de auxílio, nas licenças para participar em congressos no exterior, entre tantos outros casos, que estão pouco documentados. Além disso, as informações coletadas serão disponibilizadas num site, que permitirá novas contribuições, possibilitando um processo de construção coletiva.

Outro seguimento importante é a realização de pesquisas e análises tanto quantitativas como qualitativas sobre o perfil dos cientistas que tiveram suas carreiras interrompidas pelo regime de exceção e as consequências produzidas em sua atividade acadêmica. Dessa forma, será possível verificar questões como as ações específicas contra pesquisadoras e professoras; o exílio na construção de uma carreira no exterior; distribuição geográfica dos pesquisadores afetados; os diversos tipos de expurgos e perseguições; o impacto na carreira e na trajetória individual do cientista; dentre inúmeros outros aspectos.

Complementarmente, o repertório possibilitará ainda a realização de pesquisas relacionadas à criação de sistemas de classificação para tabulação das informações; relação entre faixa etária e tipo de sanção sofrida, tornando possível averiguar se o sistema repressivo via maior ameaça nas gerações mais novas ou nas mais antigas; relação de gênero nas ciências e seus contornos políticos; relação entre pessoas que foram para o exterior e suas respectivas áreas de atuação; quais as áreas do conhecimento mais impactadas e, portanto consideradas pelo sistema repressivo maiores ameaças; número de cientistas que abandonaram a carreira

acadêmica em relação ao número de cientistas que se projetaram na carreira; além de uma cartografia das instituições e regiões atingidas.

5 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**, Porto Alegre: L&PM, 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo: Adusp, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969**. Rede de Informação Legislativa e Jurídica. Disponível em <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969-02-26;477>>. Acesso em 25 jun. 2013.

CAPURRO, R. Epistemology and information science. In: **REPORT TRITA-LIB-6023**, ago. 1985. Disponível em: <<http://v.hbi-stuttgart.de/~capurro/trilha.htm>>. Acesso em: 26 Jul. 2014.

CARVALHO, C. P. **Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967): relações entre direito e autoritarismo**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Brasília, 2013.

CLEMENTE, J. E. F. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 129-145, jul | dez 2006.

ELIAS, N. **Essays on the Sociology of Knowledge and the Sciences**. Dublin: UCD Press [Collected Works, vol. 14], 2009.

FÁVERO, M. L. A. (coord.). **Faculdade Nacional de Filosofia – Vol. 5 depoimentos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

FERREIRA, M. de M. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 11, abril 2013, 45-64.

FLUSSER, V. **A escrita: há futuro para a escrita?** São Paulo: Annablume, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v. 24, n. 1, 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/1546/5617>>. Acesso 09 set. 2014.

GREEN, J. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LE CODIAC, Y.F. A ciência da informação. Brasília : Briquet de Lemos, 1996.

MACHADO, R. Foucault, a ciência e o saber. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MARISAN, J. V. Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969). Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da UFRS, 2009.

MICHAELIS. Moderno dicionário da língua portuguesa. [versão on-line] Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=repert%F3rio>>. Acesso 29 jul. 2014.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos Campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**. v.9, n.16, jan.-jun. 2008, p. 30-67. Disponível em <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi16/topoi16a2.pdf>. Acesso em 18 jun 2013.

MUELLER, M. S. P. Popularização do conhecimento científico. **DataGramaZero - Revista de Ciência e Informação**. v. 3, n. 2, abr. 2002. Disponível em <http://www.dgz.org.br/abr02/Art_03.htm>. Acesso em 09 set. 2014.

OLIVEIRA, P. A. M. **Atos Institucionais – sanções políticas**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2000.

PIMENTA, A. *et. al.* **UFMG: resistência e protesto**. Belo Horizonte: Vega, 1979.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. Brasília: Ed.UnB, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Cientistas do Brasil: depoimentos**. São Paulo: SBPC, 1998.